

# Partidos esperam TSE sobre propaganda na TV e ameaçam ir ao STF

29 de julho de 2010 | 16h 56

Leia a notícia

Comentários

Email Imprimir  Texto - +

\* GOVERNISTAS QUEREM REVERSÃO DE ENTENDIMENTO DO TSE - REUTERS

O fim do recesso do Judiciário na segunda-feira reacenderá o debate sobre o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral da consulta que trata da chamada verticalização da propaganda eleitoral de rádio e TV na campanha.

Os partidos governistas prometem voltar à carga contra o entendimento preliminar do TSE. A decisão, que conta com a simpatia do PSDB, ainda não foi oficializada.

No final de junho, a maioria dos ministros do tribunal disse que os candidatos a presidente não poderiam aparecer em programas locais se as chapas estaduais incluírem partidos que no plano nacional estejam em outra coligação. A medida atinge também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que se aplica não apenas aos candidatos, mas às estrelas dos partidos.

A interpretação gerou polêmica no meio político, levando o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, a interromper o julgamento. Ele adiou a análise da consulta para antes do início da propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão, agendado para o dia 17 de agosto.

"O que teve foi uma consulta que o TSE nem publicou. O que vale é a lei, que não prevê verticalização nos Estados. Aquela resposta está fora da Constituição, então quem tem que se adequar é o TSE. Não acho que será efetivada", afirmou à Reuters o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), integrante da coordenação da campanha de Dilma Rousseff (PT) à Presidência.

A interpretação do TSE é fruto de consultas apresentadas pelo PPS e pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Principalmente siglas aliadas à candidatura de Dilma Rousseff (PT) condenaram a insegurança jurídica gerada pelo entendimento do TSE.

Primeiro, porque ela foi anunciado depois que as convenções partidárias já haviam ratificado as alianças para as eleições. Além disso, argumentaram que a mudança não poderia ter sido feita em um prazo inferior a um ano antes do pleito de outubro.

"O TSE tem que fazer meia-volta. É uma decisão inconstitucional, ilegal e inoportuna... é um monstro", disparou o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral, integrante do conselho político da campanha da petista.

"Estou recomendando que (o PSB nos Estados) não tome conhecimento dessa deliberação. Se ela for mantida, vamos decidir pela manutenção das decisões das nossas convenções. Acho que (a questão) vai para o Supremo se ela for mantida."

Se tudo ficar como é atualmente e a interpretação do TSE for desconsiderada, um candidato pode aparecer em mais de um programa em um mesmo Estado. Teoricamente, portanto, a candidatura governista tende a ser mais prejudicada se o TSE confirmar os votos de junho, pois Dilma é sustentada por uma coligação de dez partidos -- PT, PMDB, PSB, PDT, PRB, PR, PCdoB, PTN, PSC, PTC-- e muitos deles fizeram nos Estados composições com legendas adversárias na campanha nacional.

"Não se pode verticalizar a propaganda se não verticalizou os partidos por decisão de uma lei", argumentou o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), ele próprio um potencial prejudicado por ter sua candidatura à reeleição numa coligação com PR e PV, partido da presidenciável Marina Silva.

"Se tivessem informado antes, as coligações seriam diferentes", acrescentou.

O presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), também disse esperar que o TSE volte atrás e mantenha a regra atual para acabar com as incertezas que envolvem o tema.

"Espero que reverta, porque essa restrição foi modificada no geral por uma decisão legislativa (que acabou com a verticalização), foi a menos de um ano da eleição e no período de convenções. Tem três problemas graves", comentou.

Por outro lado, o PSDB, partido que encabeça a principal chapa da oposição na corrida presidencial, trabalha com um cenário de confirmação do novo entendimento da Justiça Eleitoral e espera que o TSE não ceda a pressões políticas.

Segundo o secretário-geral da sigla, deputado Rodrigo de Castro (MG), os maiores impactos negativos para a legenda seriam no Maranhão, Paraíba e Rio de Janeiro, apesar de outros Estados também serem afetados.

"Onde a gente tiver essa dificuldade, vamos procurar reforçar os eventos regionais... com a ida do candidato e o trabalho dos militantes", ponderou.

"Não sei se vai suprir, porque o grande meio de comunicação é a TV, é para minimizar."